

Clube de Paris exigirá aval do FMI ao Brasil

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O governo somente conseguirá negociar a dívida com os países credores, através do Clube de Paris, depois que o Fundo Monetário Internacional der o aval ao programa econômico brasileiro.

Assim que o aval for concedido, o que é esperado para breve, serão iniciadas as negociações dos pagamentos em atraso e em seguida reiniciados os contatos com os banqueiros particulares para um acordo que poderá ser selado até o final do ano.

Ainda não há definição quanto ao encaminhamento de uma renegociação plurianual da dívida, na qual seja inserido o pagamento dos juros e do principal em prazo a ser fixado. Existe uma tendência do governo de continuar pa-

gando somente os juros, sendo que, em relação a estes todo o esforço oficial será feito no sentido de reduzi-los de forma compatível com as previsões da economia para o próximo ano.

Estas previsões indicam que o comércio internacional não deverá crescer significativamente em 1987, não superando os 3 por cento, enquanto se prevê um aumento das importações para garantir um crescimento da economia entre 6 e 7 por cento. Dessa forma, trabalha-se no Ministério da Fazenda com a previsão de um saldo na balança comercial, para o próximo ano, menor do que o que será alcançado este ano, em torno de 11,5 bilhões de dólares. Sobrará, portanto, menos recursos para o pagamento do serviço da dívida externa.

Assim que o FMI der o sinal verde ao programa eco-

nômico brasileiro o Clube de Paris dará início a negociação da dívida brasileira junto aos países credores, fato que apressará a consecução do objetivo maior do governo, de dar seqüência à negociação com os credores particulares.

A disposição de pagar menos juros e não se comprometer com o pagamento do principal é uma tendência que amadurece entre os assessores do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Ela se escora no argumento de que a economia brasileira já é, do ponto de vista industrial, madura, saiu da fase de substituição de importações e os investimentos necessários para manter o crescimento econômico de 7 por cento, em média, não serão altos. Com uma folga de cerca de 2 bilhões de dólares no pagamento dos juros será possível alcançar tal objetivo.